

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUERITO DESTINADA INVESTIGAR DENÚNCIAS DE FRAUDES CONTRA A RECEITA FEDERAL DE BANCOS E GRANDES EMPRESAS, MEDIANTE SUPOSTOS PAGAMENTOS DE PROPINAS PARA MANIPULAR OS RESULTADOS DOS JULGAMENTOS REFERENTES À SONEGAÇÃO FISCAL PELO CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS – CARF

REQUERIMENTO Nº , DE 2016

Requer sejam tomadas as providências necessárias à convocação do Senhor Lutero Fernandes do Nascimento.

Senhor Presidente,

Requeremos, com fundamento no art. 36, II do Regimento Interno da Câmara dos Deputados que, ouvido o plenário desta Comissão, sejam tomadas as providências necessárias para a convocação do Senhor Lutero Fernandes do Nascimento, servidor efetivo da Secretaria da Receita Federal, que foi assessor direto de OTACÍLIO DANTAS CARTAXO, ex-presidente do Carf, ocupando a Chefia do SERVIÇO DE ASSESSORIA TÉCNICA E JURÍDICA - ASTEJ da Presidência do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais.

JUSTIFICAÇÃO

O Senhor Lutero Fernandes do Nascimento foi indiciado no Inquérito Policial n. 28068-86.2014.4.01.3400, instaurado para apurar crimes de tráfico de influência, corrupção, lavagem de dinheiro, advocacia administrativa fazendária e associação criminosa “decorrente de ‘vendas de decisões’, no âmbito do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF, nos quais estariam envolvidos determinados conselheiros, escritórios de advocacia, empresas e alguns sócios”. Notícias divulgadas pelo jornal O GLOBO, de 01/04/2016, informaram que o Relatório da Operação Zelotes — que investiga o envolvimento de empresas e bancos no suborno de conselheiros do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) — acusa um representante do Banco Safra de oferecer R\$ 28

milhões em troca de redução da dívida do banco relativa a suposta sonegação de impostos. Segundo o documento, obtido pelo GLOBO, o suborno foi negociado por um conselheiro do Safra, com alguns conselheiros do Carf, entre eles, o procurador da Fazenda Nacional Jorge Victor Rodrigues. As negociações aparecem em gravações de conversas interceptadas pela Polícia Federal (PF) com autorização judicial. O Safra tem dívida relativa a suposta sonegação de impostos da ordem de R\$ 793 milhões. “João Inácio Puga é membro do Conselho de Administração do Banco Safra e aquele que negocia a proposta de vantagem indevida com Jorge Victor, Lutero Fernandes, Salazar e Eduardo, no valor de vinte e oito milhões de reais, a pretexto de influir no Carf”, relata texto de um dos documentos que serviu de base à decisão do juiz Ricardo Leite, da 10ª Vara Federal, de determinar busca e apreensão em escritórios do Banco Safra e de outros investigados.

Diante do exposto, solicitamos o apoio dos pares para aprovação deste

Sala das Sessões, de março de 2016.

Deputado Alexandre Baldy

PTN-GO